

V!RUS13

para tempos difíceis
Boas notícias
Good news
for hard times

a n o 2 0 1 6 y e a r
s e m e s t r e 2 s e m e s t e r

revista do nomads.usp | nomads.usp journal
issn: 2175.974x | CC BY - NC
DOI 10.4237/virus_journal

EM DEFESA DA LIBERDADE DE EXPRESSÃO

Maria Cristina Castilho Costa

Como citar esse texto: COSTA, M. C. C. Em defesa da liberdade de expressão. **V!RUS**, São Carlos, n. 13, 2016. Disponível em: <<http://www.nomads.usp.br/virus/virus13/?sec=5&item=x&lang=pt>>. Acesso em: 00 m. 0000.

Maria Cristina Castilho Costa é Doutora em Ciências Sociais, Professora Titular em Comunicação e Cultura, da Universidade de São Paulo (USP), coordenadora do Observatório de Comunicação, Liberdade de Expressão e Censura (OBCOM) da USP e Vice-Chefe do Departamento de Comunicações e Artes (CCA), da ECA/USP. Estuda comunicação, arte, educação, sociologia e comunicação digital.

Resumo

Este artigo procura mostrar que a cultura humana tem como característica o embate entre a subjetividade dos indivíduos e a cultura coletiva à qual pertencemos. Essa oposição é acirrada a partir do momento em que a sociedade se torna mais diversificada e complexa, vindo surgir mecanismos de censura. Através deles, busca-se calar toda oposição a uma dada forma de interpretar o mundo que, assim, tenta conquistar a hegemonia na sociedade. Este artigo resulta de pesquisas realizadas no Observatório de Comunicação, Liberdade de Expressão e Censura (OBCOM-USP) estuda os processos clássicos e contemporâneos de censura e defende, em suas atividades, a liberdade de expressão, valor ético que tem se tornado cada vez mais importante ao longo da história.

Palavras-chave: V!13; Censura; Liberdade de expressão; Cultura; Hegemonia.

Nós, seres humanos, somos animais culturais e simbólicos. Em síntese, isso significa que, por diversas razões, em nosso passado remoto, tivemos que abdicar de nossa maneira natural de viver, crescer e reproduzir. Adotamos formas novas de existir que tinham como característica comum não serem pré-determinadas pela nossa carga genética, pelo nosso saber instintivo, nem por nossa bagagem biológica. Em vez dessa instintividade própria de todos os animais, que nos encanta quando observamos o lento e lógico tecer de uma teia de aranha ou a construção de uma casa de abelhas, adotamos modos de vida artificiais (não-naturais) e convencionais. Tais modos de vida precisam de um longo e custoso processo de introjeção por parte de nossa descendência, através da educação ou da aculturação. Esse processo de transformação é entendido por alguns antropólogos como a passagem de um *estado de natureza* para um *estado de cultura*. Ele tem se constituído na grande saga dos humanos sobre o planeta, como mesclar nossa natureza animal com processos culturais complexos e diversos, em constante e interminável construção. Esse processo é sofrido e deixa marcas importantes na cultura humana, expressas nos mitos que relatam o momento de perda de nossa integração na natureza. O exemplo máximo aqui seria a expulsão de Adão e Eva do Paraíso terrestre, a partir da qual teríamos nos descobertos mortais e nus. Deixar o Paraíso e integrar-se a uma cultura particular e diversa tem sido o desafio da humanidade, que busca conviver com duas tendências opostas: a individualidade e a identidade pessoal, de um lado, e a vida coletiva, de outro. Nesse embate, construímos nossa história e buscamos nosso espaço no mundo. O resultado tem sido a proliferação de modos de vida e a diversidade típica do humano aclimatado aos mais diferentes espaços e tempos.

O presente texto aborda a liberdade de expressão e a censura com pressupostos tão remotos porque sem eles não é possível entender que somos seres de comportamento não plenamente pré-predeterminado pela biologia e que, para reagirmos aos estímulos da realidade, temos a possibilidade de escolher diferentes caminhos que satisfaçam tanto nossa individualidade como nossas necessidades, ainda que as escolhas sejam influenciadas pelo contexto e pelos instintos. É nesse espaço de exercício do nosso poder de escolha, ainda que muito restrito, que podemos reconhecer o que chamamos de *livre arbítrio* ou a possibilidade de exercer a *liberdade*.

A *liberdade* é esse sentimento e sensação de não precisarmos agir de forma pré-determinada, podendo projetar nossos anseios e necessidades e avaliar nossa conduta, ancorando-a em uma possível temporalidade. Desse ponto de vista, ela é o que alimenta nossa existência e conduz todo o progresso da humanidade, diferenciando-nos radicalmente dos demais animais. Todo esse processo histórico e antropológico só foi possível porque o desenvolvimento da comunicação possibilitou que a trama da cultura se tornasse o espaço de embate e negociação entre as individualidades que compõem o coletivo, por um lado, e a força e a necessidade de formas legítimas e convencionais de comportamento e interpretações de mundo, por outro lado. Expor-se, expressar-se e intervir na cultura tornou-se forma predominante de afirmação de nossa identidade pessoal e de transformação social. Contra isso se voltam as forças conservadoras do coletivo e dos sistemas de vida vigentes.

Os gregos clássicos, chamados helenos, foram os primeiros a identificar essa condição humana e a valorizar e defender os espaços de liberdade e de afirmação individual, seja na criação de modelos de vida política participativa, seja na

concepção da liberdade como um valor essencial humano. Sócrates, que foi executado por se recusar a ser infiel a si mesmo, afirmou que “o maior bem para um homem é justamente este: falar todos os dias sobre a virtude... examinando a mim mesmo e aos outros”. E, completa o filósofo: “uma vida sem esse exame não é digna de ser vivida” (PLATÃO, 1981 [circa 428-347 a.C.]). Séculos depois, vivemos uma história de progressos e retrocessos nessa busca pela defesa e valorização de nossa individualidade e liberdade, um bem ainda recente e constantemente ameaçado.

Entre o diálogo e o silêncio

Referimo-nos a essa herança clássica porque foi ela que inspirou, na Modernidade Ocidental, os movimentos sociais que conduziram à República, em defesa de uma sociedade que valoriza a participação e a afirmação de sua liberdade. Atuando em uma sociedade plural, muito mais diversificada do que o mundo ateniense, os movimentos sociais contemporâneos conduziram também à ideia de defender as opiniões, os anseios e as manifestações de todos, por mais diferentes, combativas e perigosas que sejam essas opiniões, ou mesmo que pareçam ser. Essa pluralidade, uma diversidade de modos de ver e interpretar o mundo numa sociedade pautada pelo convívio próximo de diferentes, tornou o embate por espaços e formas de dizer cada dia mais importante. O desenvolvimento dos meios de comunicação e de máquinas cada vez mais poderosas quanto à possibilidade de transmissão e circulação aumentou, por um lado, a importância das palavras, dos gestos, das imagens e, por outro, dos mecanismos de controle da expressão da crítica, da denúncia e da oposição. Uma luta cotidiana passou a ser travada entre aqueles que lutam por manifestar suas opiniões e aqueles que buscam relegá-las ao silêncio. Os últimos séculos se sucederam nessa acirrada disputa entre o direito de todo cidadão a se manifestar e fazer oposição e os recursos que a sociedade, em especial os governos, cria para os que buscam interditar o diálogo, o embate, a dissidência e a crítica.

Os órgãos de censura oficiais, mantidos pelo Estado nos mais diferentes sistemas políticos, permitem entender como essa luta entre a expressão e o silêncio atendeu aos interesses de quem está no poder e busca nele permanecer. E, em uma sociedade cada vez mais ampla e diversificada, a censura, o silenciamento e a mordaza se transformam em recursos eficientes de domínio e manipulação. Procura-se evitar, pelos mais diferentes argumentos, o exame da vida pública e da sociedade participativa e cidadã que Sócrates, há tantos séculos, morreu defendendo.

Defendendo a liberdade de expressão

O Observatório de Comunicação, Liberdade de Expressão e Censura da USP (OBCOM-USP) dedica-se ao estudo dessas questões e dessa história. Ele foi criado a partir do Arquivo Miroel Silveira¹, um conjunto de 6.137 processos de censura prévia ao teatro, de 1930 a 1970, no Estado de São Paulo que estão hoje sob guarda a Biblioteca da Escola de Comunicações e Artes da USP. Uma centena de pesquisadores têm estudado os motivos, as justificativas e as consequências dos atos censórios e, assim, recuperado a história da censura no Brasil, que começou antes do surgimento da imprensa, das universidades, da educação, do teatro, da literatura, do próprio país. Em nossa já longa trajetória de pesquisa, temos visto crescer os recursos de censura a toda crítica e dissidência, seja em períodos ditatoriais como no Estado Novo de Getúlio Vargas ou na Ditadura Militar dos anos

1960 e 1970, seja em períodos tidos como democráticos como o do Governo JK. A interdição manipulatória contra o pensamento, da ciência à produção cultural e artística, tem sido uma constante, fazendo surgir uma cultura censória que resiste aos ventos de liberdade e participação política que, por vezes, sopram pelas terras de nossa *mãe gentil*.



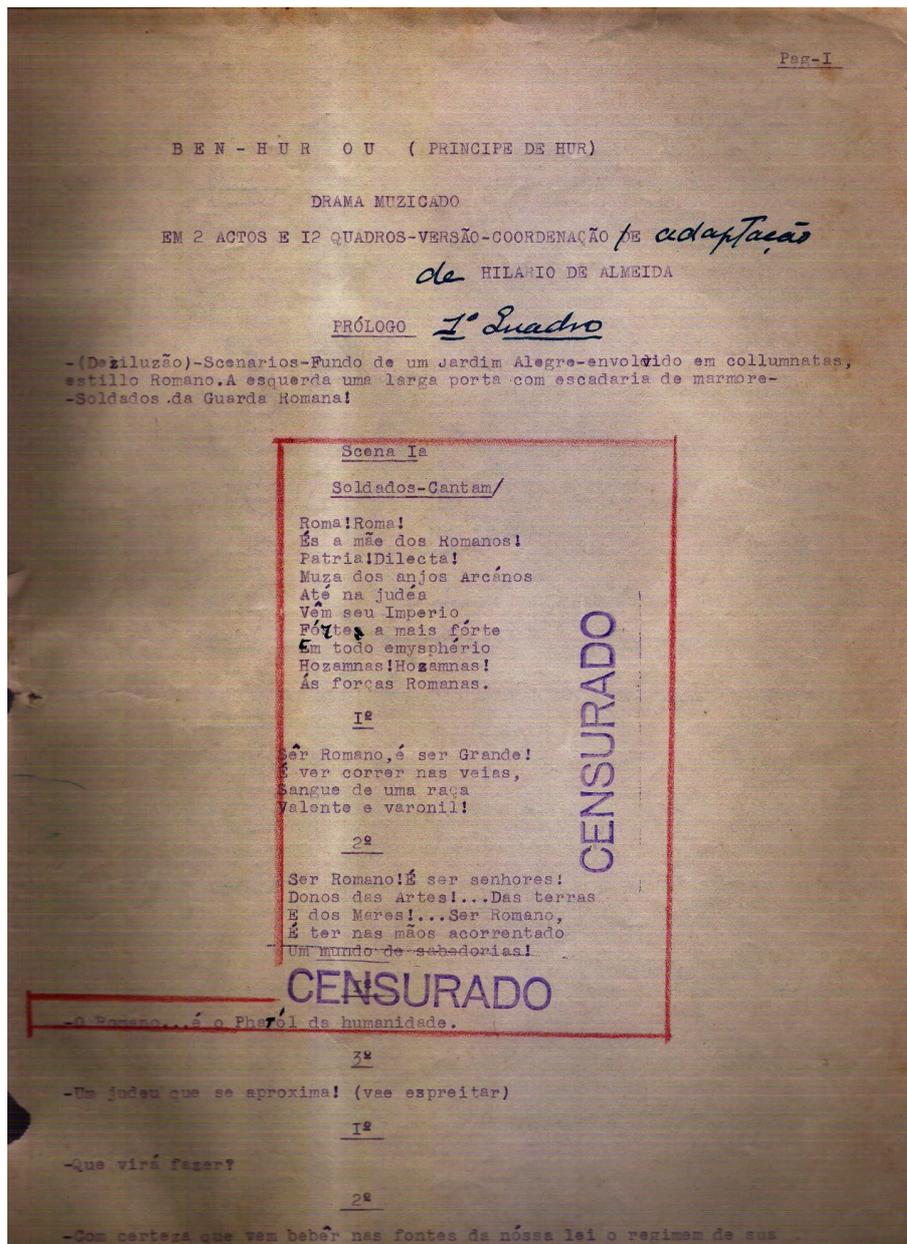
Fig. 1: Arquivo Miroel Silveira, 6137 processos de censura prévia ao teatro, entre 1930 e 1970, no Estado de São Paulo. Fonte: OBCOM, 2016.



Fig. 2: Arquivo Miroel Silveira, 6137 processos de censura prévia ao teatro, entre 1930 e 1970, no Estado de São Paulo. Fonte: OBCOM, 2016.

Os estudos dos processos de censura prévia ao teatro produzidos pela censura clássica estatal e institucional, bem como a análise dos recursos da atualidade para controle e cerceamento da liberdade de expressão, tais como a classificação indicativa, os processos judiciais, o boicote a obras biográficas não-autorizadas, a censura econômica promovida pelos órgãos de fomento, nos mostram tendências que resistem ao tempo, à sucessão no poder e às transformações sociais. Eis algumas delas:

1 Embora a liberdade de expressão seja um valor ético e moral indiscutível, quase uma unanimidade na opinião pública em geral, as pessoas tendem a resistir e querer calar as opiniões discordantes, as críticas e as oposições.



VIRUS13

para tempos difíceis
Boas notícias
Good news
for hard times

ano 2016 year | semestre 2 semester
revista do nomads.usp | nomads.usp Journal
ISSN-2175-974x | CC BY-NC
DOI 10.4237/virus_journal

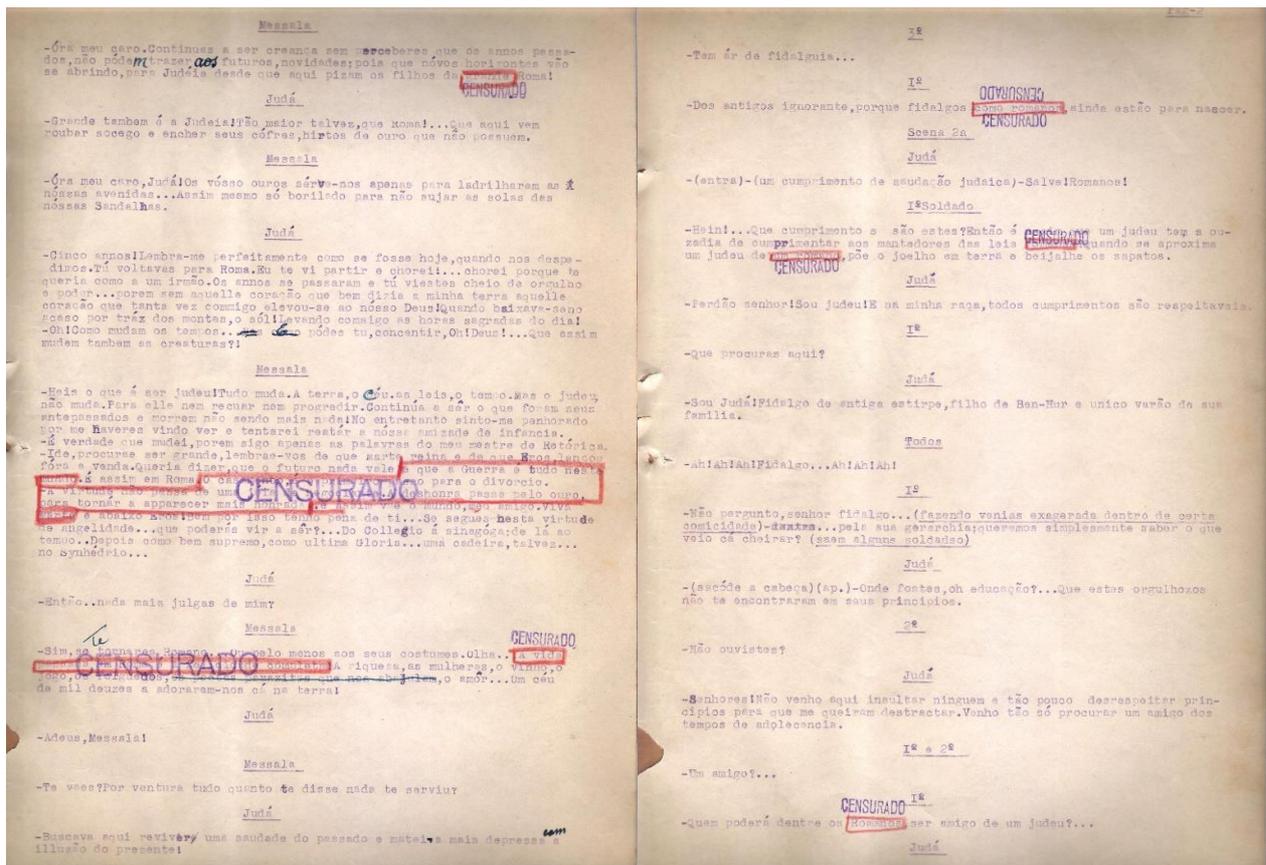


Fig. 3 a 5: Texto censurado da peça Ben-Hur. Fonte: Arquivo, 2016.

2 A censura é um processo disseminado na sociedade e só é compreensível pelo contexto histórico e político no qual ocorre. Em 1943, a peça *Ben-Hur*², de Hilário de Almeida, recebeu cortes na censura prévia dos cânticos com os quais os soldados romanos enalteciam Roma. Os censores de Getúlio Vargas que, na época, estava à frente do Estado Novo, interditaram essas manifestações que, em sua ótica, poderiam sugerir um apreço especial do Brasil em relação à Roma de Mussolini. Nesse momento, Vargas tentava aproximar-se dos Estados Unidos e dos aliados em suas relações internacionais. Evidencia-se, assim, que os interesses particulares do governante interferiam na censura e nas condições históricas do veto.

3 A realidade que os processos censórios afirmam defender contra os malefícios do conhecimento, da informação ou da fruição de uma obra artística, parece não existir. Trata-se de um estereótipo idealizado de sociedade que os censores gostariam de ver triunfar e que defendem ferrenhamente como se fosse universal. Dentre os mais de seis mil processos do Arquivo Miroel Silveira, a palavra mais cortada é "amante", referindo-se sempre à mulher que mantém relações sexuais extraconjugais com um homem casado. Esses cortes, segundo os pareceres dos censores, são justificados em nome da defesa da família brasileira. Sabemos, no entanto, quão diversas são as formações familiares no país, desde sempre, e como as relações extraconjugais e concubinatos são comuns. A família brasileira que os censores defendem constitui muito mais um ideal do que uma realidade.

4 A censura expressa uma tendência bastante ultrapassada nas Ciências da Comunicação: a crença de que a palavra tem o poder de instituir realidades. Os Estudos Culturais e as pesquisas de recepção têm mostrado que, entre a intencionalidade do autor e a apropriação do significado de um texto pelo receptor, há um complexo processo de mediação através do qual novos sentidos emergem complementando o processo comunicativo. Por outro lado, cortar palavras não modifica o todo do texto que se expressa, no caso do teatro, nos gestos, nas expressões fisionômicas e faciais, na narrativa dramática.

5 As novas tecnologias estão tornando mais fácil e ágil o controle da sociedade sobre suas manifestações comportamentais e comunicacionais. Elas tornam os recursos tradicionais de censura, como a censura prévia de textos, obsoletos e desnecessários. Recursos novos, como a censura promovida pelos gestores das redes sociais, atuam no controle de nossas formas de expressão. Por outro lado, as tecnologias digitais permitem, como nunca antes, a expressão individual do cidadão comum.

Boas notícias para tempos difíceis

Como se vê, atravessamos, no campo das ciências da comunicação e do estudo da censura, tempos difíceis. Somos obrigados a reconhecer que, como dissemos no início deste texto, a censura é tão antiga quanto a cultura humana. Ela advém dessa nossa peculiaridade em desenvolver uma forma especial de estar no mundo, mediada por complexa subjetividade e pelo necessário pertencimento a uma cultura plural e diversificada, à qual nos contrapomos continuamente. Nesse embate, a censura sempre se manifestou como a possibilidade de que certa visão de mundo conquiste hegemonia e se imponha como forma dominante de interpretação da realidade. Assim, os recursos censórios sobreviveram e se aprimoraram nas teocracias, nas monarquias, nas ditaduras e até mesmo nos tempos mais libertários da república.

A liberdade individual e o direito à livre expressão no Ocidente são bem mais recentes e vêm se tornando um bem cada vez mais importante e desejado. Nos últimos séculos, eles têm se apresentado como um ideal, um valor ético a ser defendido, alcançado e aprimorado. O desenvolvimento tecnológico, criando meios cada vez mais eficientes de dar voz às pessoas, aos grupos e às instituições, vem responder a esse desejo que Sócrates já reconhecia como capaz de dar sentido à vida.

Coerente com o que procurei expor, agradeço o espaço que me foi dado para expressar os resultados de nossas pesquisas, de nossas indagações, de nossos anseios que, espero, não sejam só nossos, mas de toda a coletividade.

[1] Miroel Silveira foi autor, tradutor, produtor, poeta, diretor, além de professor de teatro da ECA-USP, dando nome a essa documentação que resgatou, na década de 1980, da Divisão de Censura do Departamento de Diversões Públicas onde ela esperava para ser incinerada.

[2] Ben-Hur é um texto dramaturgicamente adaptado do filme de mesmo nome que se baseia, por sua vez, no livro de Lew Wallace sobre a luta de um revolucionário judeu contra o Império Romano que ocupava a Palestina.

Referências

PLATÃO. Apologia de Sócrates. In: **Diálogos**. São Paulo. Hemus, 1981.

Bibliografia sugerida

BAKHTIN, M. **Marxismo e filosofia da linguagem: problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem**. 7a ed. São Paulo: Hucitec, 1993.

BURKE, P. **Uma história social do conhecimento: de Gutenberg a Diderot**. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

COSTA, C. **A censura em cena**. São Paulo: EDUSP/FAPESP/Imprensa Oficial, 2006.

COSTA, C. **Teatro, comunicação e censura: atas do Seminário Internacional A censura em cena – interdição e produção artístico-cultural**. São Paulo: FAPESP/ Primeira Margem, 2008.

DARNTON, R. **Os best-sellers proibidos**. São Paulo: Cia das Letras, 1998.

GINZBURG, C. **O queijo e os vermes**. São Paulo: Cia das Letras, 1998.

HOBBSAWN, E. **O novo século**. São Paulo: Cia das Letras, 2009.

IANNI, O. O Príncipe eletrônico. **Cuestiones Constitucionales**, México, n. 004, p. 3-25, jan/jun.

PETLEY, J. **Censoring the word**. Londres: Seagull Books, 2007.

RANCIÈRE, J. **A partilha do sensível: estética e política**. São Paulo: EXO/ Editora 34, 2009.

SARTRE, J.-P. **O imaginário: psicologia fenomenológica da imaginação**. São Paulo: Ática, 1996.